

*A mão e a luva: a China anti-reacionária
e a Doutrina Nixon*

*The hand and the glove: anti-reactionary China
and the Nixon Doctrine*

Diana Furtado

Introdução

No que diz respeito ao plano geoestratégico é bem conhecido e compreendido o objetivo imediato da reaproximação sino-americana, isto é, cercar as ambições soviéticas na Ásia. Para os Estados Unidos, além das ambições políticas e pessoais de Nixon e Kissinger, tratava-se de mais uma de suas medidas estratégicas de contenção, voltadas para evitar a emergência de uma potência regional asiática fora do círculo de Estados aliados, e esse cálculo se aplicava tanto à União Soviética quanto à China.

Diana Furtado da Silva Leite é graduada em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Brasil, e mestre em Ciência Política/Relações Internacionais também pela UFPE (dianalfurtado@yahoo.com.br).

Artigo recebido em 29 de junho de 2010 e aprovado para publicação em 27 de agosto de 2010.

Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 23, nº 46, p. 344-362, julho-dezembro de 2010.

Contudo, um aspecto importante, mas para o qual não é dada nenhuma ou pouca atenção, é a utilidade da Doutrina Nixon para os propósitos específicos da China, não só de política externa, de reinserção diplomática, mas também, e principalmente, para seus objetivos internos de desenvolvimento econômico. A mudança estratégica americana foi importante para a China, não só por ver reconhecido seu status de potência nuclear e ter recuperado seu assento de direito no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, mas também por que representou a abertura de um intercâmbio técnico e científico pelo qual Beijing ansiava e reconhecia ser urgente, sobretudo no que dizia respeito à indústria petrolífera. A conveniência da reaproximação com os Estados Unidos para a República Popular da China (RPC) ia muito além de uma medida coercitiva contra a URSS, tratando-se antes de um projeto político econômico de longo prazo, como bem reconhecia seus autores.

Ora, olhando mais de perto para o cenário político interno chinês isso não parece tão óbvio assim, ao menos quando visto fora de sua inteireza. Para compreender os motivos que levaram a China a uma reaproximação com os Estados Unidos em plena Revolução Cultural é preciso ajustar o foco nos grupos de oposição no interior da liderança do Partido Comunista Chinês (PCC) durante o processo. Alguns dos elementos que permearam toda a Revolução foram exatamente o conflito e a competição entre dois projetos políticos de desenvolvimento econômico para a República Popular. Embora fossem, ambos, de caráter socialista, distinguiam-se um do outro basicamente por conta do perfil maoísta, “coletivista” e anticapitalista de um e do perfil “denguista” – como ficou conhecido mais tarde, pró-reformas e investimento de capital, sob controle e direção do Partido –, do outro. Pragmático, em oposição ao excesso ideológico de Mao sobre o Partido, Deng declarou em 1962 que “não importa que o gato seja branco ou preto; o importante é que pegue os ratos”. Essa divisão no Politburo acelerou o fim do isolamento diplomático chinês.

Após os primeiros resultados, a Revolução entra numa fase anti-reacionária e a Doutrina Nixon garante ao “grupo pró-reformas” uma vantagem relativa na corrida pela liderança do projeto de desenvolvimento, favorecendo a reorientação do Partido no sentido da reabertura ao Ocidente. A metáfora da mão e a luva¹ sugere exatamente a ideia de uma coisa feita para a outra, e descreve bem a sutil conveniência, do ponto de vista da realidade chinesa, de interesse numa interlocução com a potência capitalista, da oferta americana de engajamento. Destacamos, aqui, o profundo realismo político tanto dos americanos quanto dos chineses, colocando os interesses e objetivos nacionais acima de qualquer alinhamento ideológico. A estratégia de engajamento era apropriada não só aos objetivos americanos de contenção das ambições chinesas, mas apropriada também aos interesses chineses de reinserção internacional com status de potência.

A mudança da postura americana em relação à China comunista foi fundamental à decisão de Mao Zedong de aceitar uma reorientação na política externa de seu país. Desde sua fundação, a República Popular tinha como centro de seus cálculos estratégicos a política externa dos Estados Unidos. As declarações e atitudes de Mao em relação ao “imperialismo” dependiam em grande parte da percepção que os chineses tinham das intenções e dos interesses americanos. A nosso ver, reside aí a importância das declarações de Nixon em relação à China.²

Nossa análise procurou concentrar-se na mudança de paradigma ocorrida na política externa chinesa no final da década de 1960, a partir da oportunidade singular que a reorientação americana de sua política estratégica oferecia para a China com a Doutrina Nixon, em 1969.

Apesar de o aumento no dinamismo político e econômico entre o Brasil e os países asiáticos ser considerável, percebe-se que a produção acadêmica sobre o tema ainda é relativamente pequena e esporádica, embora mereçam destaque, por exemplo, os estudos sobre a imigração japonesa no Brasil. Com relação especificamente à China, apesar de sua crescente importância política e econômica global observada nos últimos 30 anos, a situação não é diferente. No Brasil, tanto a política externa chinesa como a história da China são temas ainda pouco explorados, mesmo como objeto de estudos comparativos.³

O presente artigo procura diminuir a carência de estudos específicos sobre a história e a política externa chinesa no Brasil, tema indiscutivelmente relevante do ponto de vista acadêmico e igualmente atraente e convidativo a análises mais aprofundadas.

Reavaliações estratégicas Divisões internas: a China anti-reacionária

A República Popular da China iniciou a década de 1960 em meio a uma gravíssima crise econômica, que logo se transformou em crise política aberta, marcada por uma profunda e irreversível divisão no interior da cúpula do Partido. O desastre em custo de vidas e de produção de alimentos, causado principalmente pelo Grande Salto Adiante (1958-1961),⁴ tornava impossível deixar de reconhecer que algo estava errado. Revolucionários veteranos – como Liu Shaoqi (presidente da República desde 1959), Chen Yun (planejador econômico), Deng Xiaoping (secretário geral) e, de forma mais moderada Zhou En-lai⁵ – compartilhavam cada vez menos da concepção de governo do presidente Mao Zedong, centrada na luta contínua e na inevitabilidade do choque com os Estados Unidos, a potência capitalista.

Fato é que, depois do Grande Salto, a divisão de opiniões no interior da liderança do Partido fez com que Mao se sentisse cada vez mais ameaçado. Em 1959, Peng Dehuai, então ministro da Defesa, fez chegar às mãos de Mao um *memorandum*, no qual não só descrevia os desastres causados pelo Grande Salto, como também alertava o líder de que “se os camponeses da China não tivessem a capacidade de sacrifício que possuem, já teríamos um incidente de tipo húngaro, o que nos obrigaria a pedir auxílio às tropas soviéticas” (Peng Dehuai *apud* Mezzetti, 2000: 66). Mao, percebendo nisso uma oposição no Partido e nas Forças Armadas, fez circular o documento, acusando Peng de “tendências direitistas”. Para evitar uma cisão, o Partido alinhou-se formalmente a Mao, obrigando Peng Dehuai a pedir demissão. Na prática, ao contrário, isso significou o alinhamento a Peng e o enfraquecimento do maoísmo, fortalecendo Liu Shaoqi e Deng Xiaoping, que passaram a endossar as críticas feitas por Peng Dehuai. A partir de então, Mao foi substancialmente afastado do poder, mas sendo conservado como grande líder.

O único que continuou incondicionalmente fiel à concepção de Mao foi Lin Biao,⁶ logo designado por ele ministro da Defesa e chefe do Exército de Libertação Popular (ELP, antigo Exército Vermelho, de 1930), em 1960. Contrastando-se à hostilidade do Partido em relação às concepções de Mao, Biao o exaltava, aplicando ao exército seus princípios de primado do espírito revolucionário sobre o conhecimento científico, do espiritual sobre o técnico, do aspecto político sobre os demais. Dois importantes aliados de Lin Biao eram Jiang Qing⁷ e Kang Sheng,⁸ que partilhavam a ideia de devolver à arte e à literatura chinesas “uma visão mais pura da revolução” (Spence, 2000: 564).

Muito embora Liu, Zhou, Deng e Mao tenham lançado em 1963 uma resolução em dez pontos a fim de reintroduzir “os valores básicos socialistas na sociedade chinesa”, para promover o coletivismo e o patriotismo, e combater o capitalismo, o ponto de discordância entre eles dizia respeito exatamente à condução da chamada Campanha de Educação Socialista. Iniciativa do PCC, a campanha, sob a liderança formal de Mao, tinha o intuito de reviver os valores socialistas e enfatizar a luta de classes e a atividade econômica coletiva. Entretanto, para os planejadores econômicos, estava mais do que na hora de acalmar o ardor revolucionário de “todo poder às massas”, e concentrar esforços na recuperação econômica, que deveria ser controlada e dirigida pelo Partido, através de quadros técnicos. Vale lembrar que em 1965 já tinham sido atingidos os níveis de produção agrícola anteriores ao Grande Salto e, graças à produção de petróleo de Daqing, o país havia assegurado a independência dos fornecimentos soviéticos.

Outra divergência importante dizia respeito à imagem e ao prestígio do Partido. Para Liu Shaoqi, as denúncias de violência, corrupção e outros abusos atribuídos a membros do Partido, principalmente durante o Grande Salto, deviam ser apurados internamente, sem o envolvimento das massas.

Pela sua complexidade, não é fácil definir, classificar ou caracterizar os quadros de oposição durante a Revolução Cultural, dentro ou fora do Partido. Convém esclarecer, porém, que nenhum deles era necessariamente contrário à revolução comunista chinesa, mas antes se posicionavam como seus reais e genuínos defensores. Por isso, o termo *radical* é utilizado em situações diversas e até contraditórias.⁹ No núcleo deste tornado, movimentos “revolucionários” se impulsionavam e se obstruíam uns aos outros e embora a Revolução Cultural tenha sido, sem dúvida alguma, um grande movimento de massa, foi, em sua essência, uma luta pelo poder deflagrada por Mao para reconquistá-lo, sendo o descontentamento das massas apenas o seu instrumento. Em meio aos seus reveses, a Revolução Cultural permitiu e promoveu o que se convencionou chamar de uma “depuração partidária” – da qual se beneficiará o grupo pró-reformas, de Deng Xiaoping – e que mais tarde se consolidará como as “Quatro Modernizações”.

Para os líderes da Revolução Cultural – ideólogos radicais do maoísmo, que se concentravam em Xangai e eram, em sua maioria, intelectuais de fora do Partido –, a China estava, apesar dos esforços e das realizações do presidente Mao, sob a ameaça de uma linha antipartido e anti-socialista, de inspiração burguesa, ou seja, ocidental. Para eles, a China estava fadada, por “vocação e por destino”, a liderar a transformação socialista do Terceiro Mundo contra o imperialismo americano. “Quem é contra a Grande Revolução Cultural? O imperialismo americano, o revisionismo soviético, o revisionismo japonês e os reacionários” (Mao Zedong *apud* Spence, 2000: 569). Ora, os “reacionários” aos quais se refere Mao são exatamente aqueles que, de dentro do Partido, e em sua maioria concentrados em Pequim, se opunham à radicalização da concepção maoísta de luta contínua. Uma das principais e mais importantes diferenças entre eles é que, para os reacionários, a percepção do perigo externo começou a se tornar, depois do golpe de Praga (1968), mais anti-soviética do que antiamericana.

Até o outono de 1968 a China ainda não tinha definido, de fato, uma política externa coerente, a qual, durante os últimos 20 anos, alternava-se entre duas linhas de abordagem diferentes: uma, predominante entre 1965 e 1967, de apoio aos movimentos revolucionários ao redor do mundo; outra, mais realista, preocupada com as relações de potência com os regimes nacionais instalados. A partir de 1968 é que a política externa chinesa tornou-se mais precisa, progredindo no compasso das mudanças internas, de depuração partidária, desencadeadas pela Revolução Cultural, e de rejeição ao modelo soviético. Em agosto de 1970, passada a fase mais radical e violenta da Revolução (1966 a 1968), Mao determinou a reconstrução do partido sob novos critérios, deixando de lado aqueles de fervor revolucionário e pureza ideológica, tão apaixonadamente disseminados por Lin Biao e o ELP. Iniciava-se a fase “anti-reacionária” da Revolução Cultural

– ou seja, de rejeição ao radicalismo ideológico –, muito embora a retórica purista revolucionária se conservasse, e de abertura ao Ocidente. Nesse momento, os papéis se invertem, e os “reacionários” passaram a ser identificados como sendo o grupo de Lin Biao e Jiang Qing.

Assim, durante as reuniões do XII Pleno (13 a 31 de outubro de 1968), foi apresentado um projeto cujo esboço reunia os principais temas e direções que foram discutidas, posteriormente, no IX Congresso do PCC (a 1ª sessão plenária deu-se entre 1º e 24 de abril de 1969, e a segunda entre 23 de agosto e 6 de setembro de 1970). Os chineses optaram, então, por uma atuação mais flexível em suas relações exteriores, abandonando a linha militante, de retórica revolucionária e provocativa. A escolha da diplomacia clássica, mais realista, de relação de Estado a Estado e que prevaleceria sobre aquela mais ideológica, foi uma das condições que tornaram possível o fim do isolamento chinês. A outra condição satisfeita, e que dependia da primeira, foi a reaproximação com a superpotência capitalista.

A preocupação com a crescente tensão nas fronteiras levou Mao, apesar da oposição e das bravatas antiimperialistas de Jiang Qing e dos outros líderes da Revolução, a discutir a ideia de uma reaproximação com os Estados Unidos. A reaproximação, e principalmente a cooperação com os Estados Unidos, exigia um retorno aos padrões clássicos da política de Estado, como observara Kissinger, assessor de segurança nacional no governo Nixon. A crise com Moscou e as decisões tomadas durante o XII Pleno deram à China a oportunidade de definir uma nova postura em relação aos Estados Unidos, vencendo as forças de oposição interna à política de normalização das relações com Washington, muito embora, como veremos mais adiante, isso não significasse que elas tivessem sido eliminadas.

A decisão de Mao de reabrir os contatos de alto nível com os Estados Unidos foi motivada pela preocupação com a concentração de tropas soviéticas nas fronteiras chinesas e também pelo intenso trabalho de convencimento dos planejadores econômicos,¹⁰ ou “grupo do petróleo” de Daqing. Agindo nos bastidores, eles arregimentavam apoio a iniciativas de contato e intercâmbio com o Ocidente, e lutavam contra a rejeição da tecnologia ocidental de exploração, na qual os EUA eram líderes. Os campos petrolíferos de Daqing, na província de Heilongjiang, eram um símbolo da ousadia e da perseverança chinesas, e haviam se tornado um dos ramos mais promissores da economia do país.

Em 1963, Daqing sozinha foi responsável por mais de 2/3 de todo óleo produzido no país. Embora o sucesso dessa indústria fosse atribuído à ideologia maoísta de “autoconfiança”, no sentido de que toda dificuldade pode ser superada com empenho, os administradores de Daqing haviam se utilizado de tecnologia e equipamentos estrangeiros de prospecção e refino, e sabiam que para a China continuar expandindo a produção do óleo era necessário investir na exploração e na

perfuração submarina, para o que o país não detinha nem a tecnologia e nem os recursos financeiros. Era imprescindível, portanto, a colaboração americana.

Entretanto, a oportunidade de tentar uma aproximação com os Estados Unidos não veio antes da redefinição da política americana para a Ásia e para a China, ou seja, não antes da formulação da “Doutrina Guam”, em julho de 1969. Apesar dos esforços anti-reacionários, a opinião dos radicais ainda era muito influente e para eles os americanos queriam simplesmente aniquilar a China. As declarações de Nixon reforçaram a tese do grupo de Deng e dos técnicos do Ministério das Indústrias de Petróleo, a de que os Estados Unidos estavam dispostos a reconhecer a China Popular como um Estado e como uma potência regional, e assim abrir o diálogo para negociações bilaterais de alto nível. Logo Nixon deu provas disso, fazendo de Nicolai Ceausescu, presidente da Romênia, um canal para transmitir aos chineses o interesse americano na normalização das relações e na flexibilização da política de comércio para a China.

b) A Doutrina Nixon

Apesar de o Vietnã e as relações com a URSS figurarem como as principais prioridades de Nixon durante o seu primeiro mandato, a reaproximação com a China era um dos seus desafios mais importantes de política externa.¹¹ As tensões sino-americanas eram vistas como um sério fator de instabilidade internacional, muito embora, como veremos adiante, Nixon e Kissinger considerassem a China como uma questão de longo prazo.

A formulação da Doutrina Guam, que depois se consolidaria como Doutrina Nixon, era uma resposta à pergunta sobre qual seria o papel dos Estados Unidos na Ásia e no Pacífico após o fim da guerra do Vietnã. Para Washington, era preciso definir um meio termo que atendesse, ao mesmo tempo, tanto à demanda interna por “sem mais Vietnãs”, quanto ao dilema de como preservar a liderança mundial sem incorrer em um novo intervencionismo que conduzisse o país a equívocos como aquele.¹² Nessas considerações, Nixon prognosticava que a Ásia continuaria sendo “a maior ameaça” à paz mundial, referindo-se ao significativo aumento do poder bélico da China, Coréia do Norte e Vietnã do Norte, o que tornava a possibilidade de guerra um perigo real e iminente, e que no futuro seria preciso ficar atento ao nacionalismo asiático. Entretanto, destacava que não seria pela retirada que os Estados Unidos deixariam de se envolver em novos conflitos ou guerras na Ásia, mas sim, continuando a desempenhar um papel importante na região.

De todo modo, porém, Washington evitaria o tipo de política que atrelaria os países asiáticos aos Estados Unidos, empurrando-os para os conflitos re-

gionais, como aconteceu com o Vietnã. Ao contrário, a política americana seria a da assistência, mas sem ditar ordens sobre o que deveria ou não ser feito (Nixon, 1969). Os Estados Unidos manteriam uma presença “mínima, amigável e pacífica” na região, só intervindo se interesses vitais americanos fossem ameaçados. O objetivo de Nixon era estabelecer os interesses nacionais como o critério básico que sustentaria a política externa de longo prazo do país.

A redefinição da estratégia para a Ásia baseava-se no reconhecimento de que os Estados Unidos precisavam reduzir seus compromissos externos e encontrar maneiras de dividir as responsabilidades com o equilíbrio regional. Além de a pressão doméstica contra o envolvimento militar no Vietnã ter-se tornado maciça, pondo fim ao consenso que sustentou as administrações anteriores desde 1947 basicamente em torno do anticomunismo, outros fatores, de caráter externo, forçavam os Estados Unidos a reavaliarem o papel do país na Ásia até e a partir de então. A redução dos compromissos externos era uma via para o desenvolvimento de uma contenção com ênfase na moderação, no sentido de adaptá-la a uma nova relação de forças. Nixon e Kissinger estavam convencidos de que a estrutura das relações internacionais havia se modificado significativamente desde o estabelecimento da contenção, e que os Estados Unidos haviam falhado em criar uma estratégia capaz de lidar efetivamente com as mudanças.

Para Nixon, em 1969 a Guerra Fria havia terminado, e o comunismo estava “perdendo a batalha ideológica com a liberdade na Ásia, África, América Latina, bem como na Europa”. O novo mundo abandonava os velhos “ismos” para apoiar-se em um novo “ismo”, o senso de pragmatismo. Estabilizada, graças a sua notável recuperação econômica, a Europa não precisava mais da assistência e da proteção americana, e o monolito comunista havia deixado de existir – a China e a URSS se haviam tornado adversárias. A nova era que se abria encerrava tanto desafios quanto oportunidades para o estabelecimento da paz, e nesse sentido era importante adotar uma visão de longo prazo (Nixon, 1967).

Para Nixon e Kissinger, o alinhamento anti-soviético da China ajudaria a restaurar o prestígio global e regional dos Estados Unidos, que iniciaram a década de 1970 em declínio relativo (a percepção externa era que o país havia se tornado o mais fraco das duas superpotências). No momento em que Nixon lançava essa estratégia, a discussão acadêmica crescia em torno da emergência de uma ordem mundial multipolar, ou de estrutura pentagonal (em virtude de o poder estar dividido entre Estados Unidos, União Soviética, Europa, Japão e China), no qual as bases de poder se dariam de formas variadas.

Assim, a administração Nixon precisava não só elaborar uma política externa capaz de reverter as tendências isolacionistas dentro do país, exaurido pela guerra, mas que também fosse apropriada a esse novo contexto das relações internacionais (Melanson, 1996: 64). A liderança dos Estados Unidos – ou me-

lhor, o prestígio e influência do país como árbitro político e militar mundial – dependia da superação desse duplo desafio. À tarefa mais imediata e urgente de pôr fim a uma guerra extremamente impopular e iniciar uma retirada honrosa das tropas americanas do Vietnã, somava-se uma outra, de longo prazo, a de “restaurar” um sistema internacional de equilíbrio de poder semelhante ao europeu, isto é, um sistema baseado em relações tradicionais entre todas as potências, incluindo também as revolucionárias (Aron, 1977:150-151). O restabelecimento do diálogo de alto nível com a China comunista era imprescindível para facilitar e viabilizar esse redirecionamento, e ao mesmo tempo deter as ambições expansionistas da URSS. Mas não somente por isso: Nixon percebia a China comunista como a “próxima superpotência”.

Em seu famoso artigo para a *Foreign Affairs*, em 1967, Nixon havia feito algumas considerações acerca do papel dos Estados Unidos na Ásia pós-Vietnã, em um cenário que começava a se delinear como multipolar e de crescente dinamismo econômico, e principalmente sobre o perigoso isolamento da China. Nixon observava que o fim do consenso interno a respeito da política externa do país era um dos efeitos “amargos” da guerra, e que isso limitaria o envolvimento militar e, sobretudo, a intervenção unilateral dos Estados Unidos em guerras e conflitos no exterior. Nesse sentido, e no que dizia respeito à Ásia, era vital aos interesses americanos que os países asiáticos providenciassem o desenvolvimento de uma estrutura regional de segurança que os habilitasse a lidar com as “guerras de libertação nacional” e com as “ambições da China”.

A recomendação não queria sugerir o desengajamento dos Estados Unidos dos esforços de contenção das ameaças comunistas, salientava, mas refletia apenas um dado da realidade, a de que, no futuro, o papel dos Estados Unidos como policial mundial seria limitado. Dessa maneira, para assegurar que a resposta americana aos pedidos de ajuda estivesse disponível quando necessário, seria preciso que as nações asiáticas criassem um mecanismo capaz de reunir duas condições: 1) os esforços coletivos das nações para lidar e conter elas mesmas as ameaças à paz; e, no caso de essa medida falhar, 2) um pedido coletivo por assistência aos Estados Unidos. Os pactos de defesa regional funcionariam como um *buffer*, diminuindo os riscos de um envolvimento das grandes potências e, por extensão, os riscos de uma colisão nuclear.

Segundo Nixon, qualquer discussão sobre o futuro da Ásia precisava levar em conta o papel da Índia, do Japão, dos Estados Unidos e da China comunista, e “qualquer política americana para a Ásia deve enfrentar urgentemente a realidade da China”. Encarar a realidade da China era reconhecer seu “perigo atual e potencial”. Uma política para a Ásia, e mais precisamente para a China, precisava fazer uma distinção bem nítida entre os interesses de longo prazo e os interesses de curto prazo. Numa perspectiva de longo prazo, não era possível “man-

ter a China para sempre fora da família das nações, nutrindo fantasias, acalentando rancores e ameaçando seus vizinhos”. Não era possível manter por mais tempo a China em um “isolamento ressentido” (Nixon, 1967). Mas a China também precisava mudar, e nesse sentido o objetivo dos Estados Unidos deveria ser induzir essa mudança, persuadindo a China de “que ela não pode satisfazer suas ambições imperiais, e que seu próprio interesse nacional requer afastamento do aventureirismo externo e um retorno para si, para a solução de seus próprios problemas domésticos”. Para tanto, era necessário criar as condições para que essa transformação se operasse, no sentido de uma acomodação com o Ocidente, a começar pela abertura diplomática.

Além de o Japão ter-se tornado uma força política e econômica na Ásia, o aprofundamento do cisma sino-soviético havia transformado o equilíbrio do arranjo regional estabelecido após o conflito coreano. Além disso, com a explosão de sua primeira bomba atômica, em outubro de 1964, a China comunista, a despeito de seu dramático isolamento diplomático, elevou exponencialmente sua importância no tabuleiro geoestratégico da Ásia. Esse fator desarticulou a rede de contenção estabelecida pelos Estados Unidos, de modo que a China não podia mais ser ignorada e excluída das considerações globais sobre equilíbrio estratégico. O teste nuclear chinês coincidia também com a fase mais tensa e violenta da Revolução Cultural, o que intensificou a inquietação externa no que dizia respeito aos propósitos de afirmação nacional do país. O isolamento da China em um “cerco hostil” (URSS; Japão e Taiwan; Índia; Vietnã) não poderia ser mantido por muito tempo, e a maneira mais eficaz de conter a China comunista era integrá-la ao sistema internacional, submetendo-a a suas regras.

Para engajar a China Popular com a comunidade internacional, a ideia era combinar “contenção sem isolamento” com “pressão e persuasão”. A segurança e estabilidade da Ásia e do mundo dependiam da evolução e do sucesso dessa iniciativa de atração da China comunista. Nixon comparava a situação do país, numa escala ampliada, à de um gueto, à semelhança dos que existiam nos Estados Unidos. Como os guetos, a China comunista era um elemento “fora da lei”, que precisava ser constantemente refreado em seus impulsos destrutivos, e reconduzido para o regime da lei, mas que com o qual o diálogo devia ser preservado sempre aberto.

Embora se torne mais sofisticada ao longo dos anos, essa percepção americana da China comunista se conservará essencialmente a mesma dali em diante, independentemente de a administração ser republicana ou democrata. E, mais importante, essa, a contenção pelo engajamento, será a base de cálculo para a política externa dos Estados Unidos em relação à China a partir de então. Em suas considerações, Nixon refere-se à China comunista como uma potência em ascensão.

Em seu discurso de posse na presidência, Nixon havia sido ainda mais direto, enfatizando que a sua administração inaugurava uma nova era de negociação, ao invés de confrontação, e que a partir daquele momento os canais de comunicação estariam abertos a todas as nações. “Nós buscamos um mundo aberto – aberto às ideias, aberto à troca de bens e pessoas – um mundo em que nenhuma nação, grande ou pequena, viverá em isolamento ressentido ... Aqueles que seriam nossos adversários nós convidamos a uma competição pacífica ...” (Nixon, *First Inaugural Address*, 20 de janeiro de 1969). Os Estados Unidos estavam dispostos a negociar não apenas com a União Soviética, mas “com os líderes da próxima superpotência, a China Comunista” (Nixon *apud* Foot: 104).

Assim, apesar de a *détente* de Nixon-Kissinger não deixar de ser uma “contenção por outros meios”, a mudança da postura americana em relação à China comunista foi além de um arranjo para cercear a URSS ou recuperar o prestígio e a influência dos Estados Unidos na Ásia, abalados com a decisão de retirada das tropas do Vietnã. Ela foi resultado de uma reavaliação mais objetiva, e menos ideológica, das reais forças e fraquezas da China comunista, enquanto ameaça potencial aos interesses nacionais americanos. O fim do consenso interno acerca dos méritos da estratégia de contenção pôs em dúvida os reais benefícios aos interesses nacionais americanos da política de isolamento para a China. Em 1969, a política de contenção e isolamento era amplamente considerada um verdadeiro fracasso.

A reaproximação

a) O Comunicado de Xangai (Shanghai Communiqué, 1972)

Assim, preenchidas as condições para uma iniciativa de reaproximação, começam as articulações de ambos os lados para o estabelecimento dos contatos de alto nível. Kissinger viaja à China em julho (9 a 11) e em outubro de 1971 para encontrar-se com Zhou En-lai e acertar os detalhes da visita de Nixon no ano seguinte. Esses acertos foram mantidos em segredo do público, do Congresso e do Departamento de Estado até o anúncio da visita, em 15 de julho, para antes de maio de 1972.

A visita, entre 21 e 28 de fevereiro de 1972, concentrou-se em questões cruciais como o status de Taiwan e o expansionismo soviético. A declaração resultante do encontro foi publicada em forma de “comunicado conjunto” em 28 de fevereiro, e resumia em 16 pontos as visões chinesa e americana sobre política internacional, de forma objetiva e direta, e sem tentar conciliá-las. “O lado chinês” declarava que “onde há opressão, há resistência”, e que “todas as nações, grandes ou pequenas, deveriam ser iguais”, e por isso “opunha-se à hegemonia...

de qualquer tipo”. O lado chinês afirmava ainda que “os povos de todos os países tem o direito de escolher seus sistemas sociais de acordo com seus próprios desejos e o direito de salvaguardar a independência, soberania e integridade territorial de seus próprios países”. Por sua vez, o lado americano reafirmava seu compromisso com a “liberdade individual e o progresso social”, e a necessidade de “cada país (...) reexaminar suas próprias atitudes para o bem comum”.

Sobre o problema de Taiwan não era possível um acordo completo entre os dois países, em função das “diferenças essenciais” quanto aos “sistemas sociais e [às] políticas externas” de cada um. Enquanto o lado chinês colocava o problema como “um assunto interno da China, em que nenhum outro país tem o direito de intervir”, e por isso “todas as forças e instalações militares americanas devem ser retiradas de Taiwan”, os Estados Unidos reconheciam a existência de uma só China, e que Taiwan era parte dela, mas que reduziria “progressivamente suas forças e instalações militares em Taiwan, à medida que a tensão na área diminua”. O ponto de concordância, e que se destacava em relação aos pontos de diferença entre os dois lados, era quanto à oposição à hegemonia na Ásia. Os dois lados declaravam que:

- a) “O avanço em direção à normalização das relações entre China e Estados Unidos é de interesse de todos os países;
- b) Ambos desejam reduzir o perigo de conflitos militares internacionais;
- c) Nenhum dos dois deve buscar a hegemonia na região Ásia-Pacífico e cada um opõe-se aos esforços de qualquer outro país ou grupo de países a estabelecer tal hegemonia;
- d) Nenhum dos dois está preparado a negociar em nome de um terceiro partido ou entrar em acordos ou entendimentos com o outro direcionados a outros Estados”.

O comunicado concluía enfatizando que a China e os Estados Unidos “acreditavam que a normalização das relações entre os dois países... contribuiria para o relaxamento das tensões na Ásia e no mundo” (Shanghai Communiqué, 1972). O Comunicado de Xangai abriu novas perspectivas para o relacionamento entre os dois países, fornecendo a diretriz para a condução da relação bilateral até a normalização diplomática. Ele estabeleceu uma estrutura que permitia aos dois países apoiarem-se mutuamente, quando “os interesses nacionais fossem coincidentes” (Kissinger, 1997:869). A prioridade dada pelos dois países aos in-

teresses nacionais, em detrimento de qualquer argumento ou posição ideológica, explica a resistência da estratégia pelos grupos de oposição interna à reaproximação.

Nixon foi recebido em Pequim de maneira muito discreta (o trajeto feito pela comitiva de Nixon do aeroporto até onde ficaria alojada percorreu ruas vazias, e Tiananmen estava deserta). Isso aconteceu em parte porque o encontro em si já causava bastante impacto, dispensando qualquer apelo para atrair a atenção internacional, mas também, como Mao observou a Nixon, para evitar algum tipo de manifestação negativa por parte do grupo “reacionário” de Lin Biao, que se opunha ao contato oficial com os Estados Unidos.

b) Forças de oposição

Apesar de a reaproximação ter sido bem sucedida, a instabilidade política na China, onde a oposição a essa política continuava mesmo após a prisão da Gangue dos Quatro, era uma séria ameaça à manutenção das novas diretrizes. Nos Estados Unidos, a oposição dos conservadores e a pressão do *lobby* nacionalista,¹³ que defendiam a manutenção dos vínculos com Taiwan e a sua permanência na ONU, os escândalos de Watergate e o fim do consenso entre o Executivo e o Legislativo sobre a condução da política externa americana tornaram a consolidação do processo de normalização, entre 1971 e 1979, bastante tumultuada.

Embora Nixon e Kissinger procurassem demonstrar que a *détente* era uma maneira de conter o poder soviético e não de ceder a ele, entre os conservadores o temor era de que ao invés de criar um mundo mais pacífico, a nova estratégia levasse à derrota da democracia pelos regimes autoritários, com os quais os povos livres não poderiam conviver, e acusavam Nixon de traição aos valores anticomunistas.

A China ainda estava mergulhada na Revolução Cultural, e a disputa, na cúpula do partido, pelo comando do país ainda não havia terminado.¹⁴ Os dois grupos em disputa permaneciam com estratégias de desenvolvimento nacional totalmente diferentes, e se dividiam entre os radicais de Jiang Qing¹⁵ ou Gangue dos Quatro (composto ainda por Wang Hongwen, Zhang Chunqiao e Yao Wen-yuan), que rejeitavam a abertura ao Ocidente, e os mais moderados (ou “direitistas”, como eram acusados pelos radicais), de Zhou En-lai, Chen Yun e Deng Xiaoping, que apoiavam vigorosamente a abertura. Por trás disso havia ainda a rivalidade política e pessoal entre Mao e Deng (Mezzetti, 2000; Spence, 2000:604-606), que também muito influenciou o rumo político da China durante aquele período.

Em fevereiro de 1976, a campanha de oposição a Deng, que começara no final de 1975, cresceu significativamente, e em abril Mao destituiu-o de seus cargos, mas não o expulsou do Partido. Em seguida, Mao nomeou Hua Guofen¹⁶ primeiro-vice-presidente do Comitê Central, posto que ficava abaixo apenas do próprio Mao, e primeiro-ministro do Conselho de Estado. A morte de Mao e a prisão da Gangue dos Quatro não puseram fim à disputa pelo poder, que tomou um novo ímpeto, configurando-se em torno de Hua e Deng, que conseguiu ser reabilitado em julho de 1977.

Com o apoio do general Xu Shiyou, governador militar de Cantão, Deng conseguiu ter de volta os seus cargos de vice-primeiro-ministro, no Politburo e na Comissão de Assuntos Militares. Ao longo de 1977 e 1978, a orientação política interna e externa da China foi bastante ambígua, tendo em vista as diferenças de opinião entre Hua e Deng sobre uma estratégia de desenvolvimento nacional, dada a opção de Hua pelo caminho “maoísta” para as quatro modernizações.

A divisão na cúpula do poder na China, que dificultava a definição de um plano claro de abordagem externa, e a divisão política interna também nos Estados Unidos em relação à política externa do país somavam-se para perturbar as negociações em prol da completa normalização das relações diplomáticas entre os dois países. Essa parceria para prevenir o hegemonismo, isto é, o expansionismo soviético, dependia da coordenação de uma estratégia coerente entre eles.

Entretanto, desde 1974 que Deng havia substituído Zhou como principal interlocutor da China com os Estados Unidos. Para Deng, a reaproximação e o estreitamento dos vínculos com os Estados Unidos não eram avaliados apenas do ponto de vista geoestratégico, como faziam Mao e Zhou, mas também do ponto de vista interno, como um elemento indispensável à política de modernização chinesa. A China de Deng Xiaoping buscou no Ocidente – isto é, nos Estados Unidos – não somente uma parceria contra a União Soviética, mas também a cooperação para estimular seu desenvolvimento econômico e tecnológico, e para isso adotou uma linha política externa que se distanciava totalmente daquela seguida durante o período maoísta.

Conclusão

Na década de 1960 foi intenso o debate dentro dos Estados Unidos entre os defensores e os críticos da estratégia de isolamento da China. Entretanto, as críticas à essa estratégia não foram decisivas para a mudança da postura americana. O que de fato determinou a mudança em relação à China fora a transformação sofrida pelo contexto internacional e o reconhecimento de que a política dis-

pensada ao país era uma incoerência e até mesmo uma inconsequência, por três razões: 1) a entrada da China para o clube das potências nucleares, em 1964, que despertara a atenção da França de De Gaulle; 2) o racha sino-soviético, evidente e irremediável, em 1969; e, finalmente, 3) o declínio relativo do poder americano no início da década de 70. Esses novos elementos forçaram os Estados Unidos a uma reavaliação estratégica. De todo modo, a reaproximação com a China foi estudada com cautela e promovida com reservas, não só em virtude do dissenso interno em relação a Beijing, mas também por uma desconfiança americana em relação aos propósitos chineses.

A saída encontrada para atender às exigências ditadas pelo pragmatismo político sem provocar contradições internas – ou seja, sem ferir os princípios, valores e ideais caros à opinião pública americana, de democracia e liberalismo, que se opunham aos regimes autoritários de tipo soviético, como era o caso da República Popular – foi a adoção da estratégia de contenção pelo engajamento.

As razões geopolíticas não seriam suficientes (e nem compreendidas ou aceitas pela maioria) para justificar a reaproximação com a China, daí a necessidade de revestir a nova política estratégica de uma aura quase missionária, salvífica. Nixon e Kissinger precisavam convencer a opinião pública americana de que a China não poderia ser mantida no isolamento, e que isso não significava que os Estados Unidos estavam abandonando seus princípios democráticos. Ao contrário, os esforços do país concentravam-se em fazer a China reconhecer seus erros e aderir ao regime internacional, e aquela era a estratégia mais adequada.

Para a China, a mudança estratégica dos Estados Unidos foi igualmente oportuna e conveniente para os seus objetivos de reinserção internacional e de desenvolvimento interno. A China teria encontrado, sem dúvida alguma, outros caminhos e alternativas que viabilizassem o projeto de modernização econômica e assim alcançar seus objetivos, mas a reaproximação com os Estados Unidos a partir da Doutrina Nixon foi um “salto adiante” no sentido da abertura ao Ocidente e de superar velhos entraves políticos e sociais internos.

Notas

1. Referência direta ao conto de Machado de Assis, de mesmo nome, no qual ele discorre sobre o casamento de conveniência.

2. Vindas de Nixon, um ferrenho anti-comunista – ora por conveniência política,

ora por convicção –, a mudança era surpreendente e sinalizava para o realismo da política externa de Nixon-Kissinger.

3. A reaproximação diplomática entre a China e os Estados Unidos no final da dé-

cada de 1960 é interessante para nós como observadores da política externa brasileira no mesmo período. Enquanto o Brasil, com o propósito de ampliar e diversificar suas parcerias procurou estabelecer uma política externa mais independente em relação aos Estados Unidos, a China, em sentido contrário, buscou a parceria estratégica com Washington, muito embora se conservasse comunista e procurasse definir seu perfil diplomático como afirmativo e independente, além de anti-hegemônico.

4. Estima-se que cerca de 30 milhões de pessoas morreram durante os três anos do Salto, vítimas de fome e de doenças causadas pela inanição.

5. Primeiro-ministro chinês, de 1954 a 1976, Zhou En-lai (1899-1976) era extremamente respeitado dentro e fora da China, tendo sido um dos mais influentes arquitetos da política externa chinesa.

6. (1908-1971). Responsável pela modernização do ELP.

7. Terceira esposa de Mao e ex-atriz de teatro. Em 1966 tornou-se coordenadora da política cultural do ELP.

8. Kang era amigo de Jiang e chefe do serviço secreto.

9. Por exemplo, a Guarda Vermelha Escarlata, uma organização com mais de 500 mil trabalhadores e responsável pela bem sucedida “tomada de poder de janeiro”, em 1967 em Xangai, embora se denominasse radical, foi acusada de “economista” pelos líderes da Revolução, e de “conservadora” pelo Quartel General dos Trabalhadores de Xangai, que atribuía a si o título de radical, por reivindicar melhores salários e condições de trabalho. Ou seja, ao mesmo tempo em que os líderes incitavam e armavam ideologicamente trabalhadores e estudantes para a revolução, logo que ganhavam força de mobilização eram descaracterizados através de “contragolpes” ideológicos. Nesse sentido,

em fevereiro de 1967 foi criada a Comuna Popular de Xangai. Sob o título de “revolucionária”, a Comuna, formada por aqueles que haviam liderado a tomada de poder e expulsado do Partido todos os seus opositores, passou a trabalhar agora no fortalecimento de suas posições de liderança e na recondução dos estudantes e trabalhadores revolucionários não à desmobilização, mas à obediência. Em contrapartida, antes do fim do mês, Mao lançou um conjunto de orientações mais cautelosas e que se opunham às diretrizes das “tomadas de poder de janeiro” (Spence, 2000: 568-573).

10. Trazidos por Mao de Daqing, entre 1964 e 1966, para se encarregarem do planejamento econômico.

11. Richard Nixon sempre se preocupou em se destacar como liderança política internacional, mas como ainda não havia alcançado esse objetivo em suas ações de política externa, decidiu fazer uma segunda viagem internacional. Dessa vez, ao invés de seguir direto para a Europa, como fizera em fevereiro, começou a viagem pela Ásia e pelo Pacífico, com paradas em Guam, Filipinas, Indonésia, Paquistão, Tailândia, Vietnã e Índia, e só depois para a Inglaterra e a Romênia, este seu último e principal destino. Nessa viagem de dez dias, Nixon incentivaria as esperanças de um acordo sobre o Vietnã e de mais liberdades no Leste Europeu, e a abertura de uma nova era de paz na Ásia. Nela foram lançados os elementos-chave que orientarão tanto a política para a Ásia quanto para o desenvolvimento da *détente*. Para a China, as declarações americanas de apoio à postura independente da Romênia em relação a Moscou foram mais importantes do que a mudança na política para a Ásia. O objetivo da viagem à Romênia era “(...) demonstrar que hoje em dia alguém pode se definir como comunista e viver nos arredores de Moscou, mais ainda assim seguir seus próprios interesses, mesmo que isso desagrade a Moscou” (Kissinger

apud Dallek, 2009:150). Nixon pretendia fazer da Romênia de Nicolae Ceausescu um intermediário para conversas bilaterais secretas com os chineses. O intuito por trás da visita era desmentir também qualquer conjectura sobre um acordo entre Washington e Moscou contra Pequim.

12. A expressão que melhor descrevia o estado de espírito dos americanos sobre o Vietnã naquela época era “impaciência”, como observou um dos conselheiros de Nixon na Casa Branca, Leonard Garment.

13. Esse *lobby* era bastante influente junto ao Departamento de Estado americano. Dizia respeito a um grupo de direitistas americanos empenhados em estimular o anticomunismo nos Estados Unidos em benefício da China Nacionalista, e do qual participavam também alguns chineses, como o renomado escritor Lin Yutang (um de seus livros mais conhecidos no Brasil é *Momento em Pequim - romance da vida chinesa de hoje*. 8ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, em dois volumes) e a família Soong, da esposa do

líder nacionalista Chiang Kai-shek, Soong Meiling, a Madame Chiang.

14. Depois da campanha de expurgo contra Lin Biao ficou difícil para os líderes chineses sustentarem a credibilidade do PCC junto ao povo chinês. Lin fora sucessor de Peng Dehuai no Ministério da Defesa, em 1958, e em 1969 fora designado sucessor de Mao. Acusado de tentar montar um suposto golpe contra Mao, Lin morreu em um acidente de avião, em 13 de setembro de 1971, quando fugia para a URSS.

15. Juntamente com os outros membros do grupo foi presa em 1976, acusada de criar e conduzir a Revolução Cultural.

16. Hua era ex-secretário do partido em Hunan. Com a morte de Mao, em 9 de setembro de 1976, tornou-se, em 7 de outubro, presidente do Comitê Central e da Comissão de Assuntos Militares. Para assegurar seu poder, mandou prender a Gangue dos Quatro, acusando o grupo de uma lista interminável de crimes políticos.

Referências bibliográficas

ABI-SAD, Sérgio Caldas Mercador. *A potência do dragão – a estratégia diplomática da China*. Brasília: Editora da UnB, 1996.

DALLEK, Robert. *Parceiros no poder – Nixon e Kissinger*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

FOOT, Rosemary. *The Practice of Power – US Relations with China since 1949*. Nova York: Oxford University Press, 1997.

Joint Communique of the United States of America and the People’s Republic of China – Shanghai Communique – 28 de feve-

reiro de 1972. <http://www.china.org.cn/english/china-us/26012.htm>

JORDAN, Amos A.; TAYLOR, Willam J. & MAZARR, Michael J. *American National Security*. 5ª ed. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1999.

KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.

MELANSON, Richard A. *American Foreign Policy since the Vietnam War – The search for consensus from Nixon to Clinton*. 2ª

ed. Armonk, Nova York: M.E. Sharpe, 1996.

MEZZETTI, Fernando. *De Mao a Deng – a transformação da China*. Brasília: Editora UnB, 2000.

NIXON, Richard M. *First Inaugural Address*. 20 de janeiro de 1969. http://www.nixonfoundation.org/Research_Center/Nixons/speeches/First_Inaugural_Adresses.shtml.

———. *Address by Richard M. Nixon to the Bohemian Club*, 29 de julho de 1967. <http://www.state.gov/r/pa/ho/frus/nixon/i/20700.htm>

———. *Informal Remarks in Guam With Newsmen*, 25 de julho de 1969; [http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.](http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=2140&st=informal+remarks+i+n+guam&st1=)

[php?pid=2140&st=informal+remarks+i+n+guam&st1=](http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=2140&st=informal+remarks+i+n+guam&st1=)

———. *Address to the Nation on the War in Vietnam, “The Silent Majority” Speech*, 3 de novembro de 1969.

———. *Asia After Viet Nam*, Foreign Relations, 1969-1976, Volume I, Foundations of Foreign Policy Released by the Office of the Historian Documents 1-9; <http://www.state.gov/r/pa/ho/frus/nixon/i/20700.htm>

PECEQUILO, Cristina S. *A política externa dos Estados Unidos*. Porto Alegre: Faurgs, 2003.

SPENCE, Jonathan D. *Em busca da China moderna – quatro séculos de história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Resumo

O texto trata da mudança na política estratégica dos EUA em relação à China no final da década de 1960 e início da década de 1970. A então política de “contenção e isolamento” dirigida ao país asiático é substituída por outra, que procurava combinar “contenção sem isolamento” com “pressão e persuasão”, com o objetivo de promover o engajamento da China à comunidade internacional. Para tanto, EUA e China precisaram superar a oposição de grupos políticos internos contrários à reaproximação, que, por essa razão, será permeada por muitos recuos e avanços. Tentamos demonstrar que a mudança americana foi conveniente não só aos EUA, mas sobretudo à China.

Palavras-chave: política externa americana; Doutrina Nixon; relações bilaterais sino-americanas; modernização chinesa.

Abstract

The text is about USA foreign policy changes towards China in the 70's. The policy of “containment and isolation” towards Asian country is replaced for another that find to blend “containment no isolation” with “pressure and persuasion” to engagement of the China to international community. That is,

USA and China needed to overcome the domestic opposition to reestablishment of the bilateral relations. We try to demonstrate that the American change was convenient not only for the USA, but especially at the China.

Key words: American foreign policy; Nixon Doctrine; USA-China relations; China's modernization.

Résumé

Ce texte traite du changement de politique stratégique des Etats Unis envers la Chine à la fin des années 60 et début des années 70. La politique de "contention et isolement" alors menée à l'endroit du pays asiatique est remplacée par une autre qui cherchait à combiner "contention sans isolement" avec "pression et persuasion" pour garantir l'engagement de la Chine envers la communauté internationale. Pour ce faire, les Etats Unis et la Chine ont dû dépasser l'opposition de groupes politiques internes hostiles à un rapprochement qui, pour cette raison, sera ponctué de nombreux reculs et avancées. Nous essayons ici de démontrer que le changement américain a été à l'avantage, non seulement des Etats Unis, mais surtout de la Chine.

Mots-clés: politique extérieure américaine; Doctrine Nixon; relations bilatérales sino-américaines; modernisation chinoise.